

**13. PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE DOIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO, UM DA ÁREA DA ATIVIDADE DE DESENHADOR E UM DA ÁREA DE MEDIDOR ORÇAMENTISTA:**

Submete-se à aprovação do Executivo Municipal, proposta relativa ao procedimento concursal para ocupação de dois postos de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico, um da área de atividade de desenhador e um da área de medidor orçamentista, conforme proposta em anexo.

  
Nº Informação: 20453  
Data: 30/04/2020

*A S de Etno*  
*205.26*  
*[Signature]*  
DMG - DRH - UNIDADE DE GESTÃO DE CARREIRAS

**Assunto: Procedimento concursal comum para ocupação de dois postos de trabalho na carreira / categoria de assistente técnico, um da área de atividade de desenhador e um da área de medidor orçamentista**

Face à proposta de abertura de procedimento concursal para ocupação de dois postos de trabalho de assistente técnico, um da área de atividade de desenhador e um da área de medidor orçamentista, apresentada pela Divisão de Mobilidade, validada pelos superiores hierárquicos e autorizada pela Sr.<sup>a</sup> Vereadora de Recursos Humanos, cumpre informar:

O mapa de pessoal do Município de Braga para 2021, elaborado nos termos do previsto no art.º 29.º da Lei 35/2014, de 20/06, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada em 22/12/2020, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 30/11/2020, retificado em sessão da Assembleia Municipal realizada em 29/03/2021, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 8/03/2021, prevê o recrutamento através de procedimento concursal ou mobilidade de dois assistentes técnicos, um Desenhador e um Medidor Orçamentista para a Divisão de Mobilidade;

Nos termos previstos no art.º 30.º da citada Lei n.º 35/2014, de 20/06, o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho tal como consta no mapa de pessoal, devendo o recrutamento ser feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado. O órgão ou serviço pode ainda recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público;

Nos termos do previsto artigo 18.º da Portaria 125-A/2019, de 30/04, na redação dada pela Portaria 12-A/2021, de 11/01, Portaria que regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), a entidade que autoriza o procedimento estabelece, no respetivo ato, um prazo de apresentação de candidaturas, com um mínimo de 10 e um máximo de 20 dias úteis contados a partir da data da publicação do aviso;

Conforme art.º 6.º da citada Portaria 125-A/2019, de 30/04, redação atual, para além dos métodos de seleção obrigatórios previstos no art.º 36.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06, a entidade responsável pela realização do procedimento pode, de acordo com o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes aos postos de trabalho a ocupar e o perfil de competências previamente definido, determinar a utilização de métodos de seleção facultativos ou complementares, nomeadamente: entrevista profissional de seleção, avaliação de competências por portfólio, provas físicas, exame médico e curso de formação específica;

Conforme o previsto no art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03/09, que procede à adaptação à administração autárquica da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, revogada pela Lei n.º 35/2014 de 20/06, mas, como refere o n.º 3 do art.º

42.º da citada Lei n.º 35/2014, todas as referências ao diploma ora revogado entendem-se feitas para as correspondentes normas desta Lei, o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal, é precedido de aprovação do órgão executivo.

Face ao exposto, submete-se para informação tendo em vista decisão da Sr.ª Vereadora de Recursos Humanos, no uso de competência delegada, ao abrigo do n.º 1, do art.º 34.º, n.º 2 do art.º 36.º e alínea a), n.º 2 do art.º 35.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na redação atualizada, de propor:

- a. Ao órgão executivo nos termos do art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009 de 03/09, que autorize desde já, por razões de economia e celeridade processual a abertura de procedimento concursal comum destinado não apenas a candidatos detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, mas também a candidatos com vínculo de emprego público a termo resolutivo, bem como sem vínculo de emprego público, tendo em vista a ocupação de dois postos de trabalho de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico, um da área de atividade de desenhador e um da área de medidor orçamentista, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- b. Que o prazo para apresentação de candidaturas seja de 10 dias úteis a partir da data da publicação do aviso;
- c. Utilizar a entrevista profissional de seleção como método de seleção complementar;
- d. Que a avaliação psicológica, método de seleção obrigatório, seja realizada por uma entidade especializada pública ou privada e a entrevista de avaliação de competências por detentor de formação e habilitação adequada para o efeito.

Braga, 14 de abril de 2021

O coordenador técnico